

SOMUPP

**SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE
PREVIDÊNCIA PRIVADA**

**RELATÓRIO ANUAL DE
INFORMAÇÕES**

2.016

Este Relatório foi elaborado e está sendo distribuído aos
Assistidos e Pensionistas, conforme o disposto na Instrução
Previc nº 13, DE 12/11/14.



São Paulo, 24 de março de 2.017
SOMUPP-009/17

REF.: RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES DE 2.016 (RAI/2016)

Prezado(a) Assistido/Pensionista:

Junto com esta correspondência, estamos enviando a V.Sa. o Relatório Anual de Informações de 2.016 (RAI/2016), elaborado conforme o disposto na Instrução Previc nº 13, de 12/11/14, e demais normas regulamentares.

Lembramos que a administração da Entidade está à disposição de V.Sa. para prestar os esclarecimentos complementares que forem necessários, bastando entrar em contato pelo telefone, fax, e-mail, correios ou pessoalmente na Sede da SOMUPP.

Na eventualidade de vir pessoalmente na Sede da SOMUPP, solicitamos a fineza de telefonar previamente para agendar a visita e, com isso, evitar eventuais desencontros.

Solicitamos a fineza de preencher, assinar e devolver o Protocolo à SOMUPP, usando o envelope endereçado e selado, bastando colocá-lo na caixa dos Correios.

Agradecemos antecipadamente pelas atenções e providências, lembrando que a SOMUPP deverá apresentar à eventual fiscalização os comprovantes de entrega do RAI/2016 para os seus assistidos e pensionistas, tomando imprescindível que todos os Assistidos/Pensionistas devolvam o Protocolo devidamente assinado.

Atenciosamente,

SOMUPP - Sociedade Multipatrocinada
de Previdência Privada



NELSON CHÁRA
Diretor Superintendente

Í N D I C E

1. Expediente SOMUPP-009/17, de 24/03/17.....	pag. 2
2. Índice.....	pag. 3
3. Relatório de Atividades de 2.016.....	pag. 4 a 6
4. Parecer dos Auditores Independentes Exercício 2.016.....	pag. 7 a 10
5. Balanços Patrimoniais em 31/12/2.016 e 31/12/2015.....	pag. 11
6. Demonstração da Mutação do Patrimônio Social.....	pag. 12
7. Demonstrac�o da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios.....	pag. 13
8. Demonstrac�o do Ativo Líquido por Plano de Benefícios.....	pag. 14
9. Demonstrac�o do Plano de Gestão Administrativa Consolidada.....	pag. 15
10. Demonstrac�o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios.....	pag. 16
11. Notas Explicativas Sobre as Demonstrações Contábeis em 31/12/2.016 e 2.015.....	pág. 17 a 24
12. Parecer Atuarial Exercício 2.016.....	pág. 25 a 34
13. Parecer do Conselho Fiscal Exercício 2.016.....	pag. 35
14. Parecer do Conselho Deliberativo Exercício 2.016.....	pag. 36
15. Informações Relativas � Política de Investimentos de 2.016/20.....	pag. 37 a 43
16. Resumo das Informações Sobre o Demonstrativo de Investimentos - 2.016.....	pag. 44
17. Informações Segregadas de Despesas do Plano de Benefícios - 2.016.....	pag. 45

SOMUPP-SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2.016

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos para conhecimento das Patrocinadoras e dos Assistedos e Pensionistas, o Relatório de Atividades, relativo ao exercício de 2.016, incluindo os Balanços Patrimoniais em 31/12/16 e 31/12/15, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, a Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, a Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada, a Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios, as Notas Explicativas Sobre as Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2.016 e 2.015, o Parecer Atuarial e Demonstração Atuarial, o Parecer dos Auditores Independentes, o Parecer do Conselho Fiscal, o Parecer do Conselho Deliberativo, as Informações Relativas à Política de Investimentos de 2.017/21, o Relatório Resumo das Informações Sobre o Demonstrativo de Investimentos de 2.016 e as Informações Segregadas de Despesas do Plano de Benefícios de 2.016.

1. RESULTADO DOS INVESTIMENTOS

Conforme a Política de Investimentos, em vigor, no decorrer do ano de 2.016, os investimentos da Entidade continuaram concentrados em Renda Fixa.

Os resultados obtidos nos investimentos em renda fixa e em imóveis, permitiu que a Entidade cumprisse, com relativa folga, os compromissos atuariais.

2. RENTABILIDADES POR SEGMENTO

2.1. RENDA FIXA

No Segmento de Renda Fixa obtivemos rentabilidade nominal no exercício de 27,95%.

2.2. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

A rentabilidade no Segmento de Imóveis foi de 10,92%.

2.3. RENTABILIDADE GLOBAL

A rentabilidade no exercício foi de 27,91%, bem superior ao benchmark de 10,11% adotado na Política de Investimentos. O benchmark, ou seja, a meta de rentabilidade, correspondeu, no exercício de 2.016, à variação do IPCA/IBGE de 6,29% no exercício, acrescida da taxa de juros da meta atuarial de 3,63% ao ano, no período de janeiro a novembro de 2.016, e de 4,32% no mês de dezembro de 2.016.



3. SITUAÇÃO PATRIMONIAL

Demonstramos, a seguir, as variações ocorridas nos saldos das principais contas, no período de 2.016/2.015:

CONTA	2.016	2.015	(%)
Ativo Total	269.042	223.027	20,63
Provisões Matemáticas	72.913	75.298	-3,17
Reserva de Contingência	13.307	14.020	-5,09
Reserva para Revisão do Plano	72.680	33.799	115,04
Fundo Administrativo	24.114	13.036	84,98
Exigível Operacional	219	3.903	-94,39
Fundos Previdenciais	85.809	82.971	3,42

Unidade: R\$ 1.000,00

A Reserva Para Revisão do Plano teve um aumento de 115,04%, resultante dos seguintes motivos: a) Aumento da taxa anual de juros de 3,63% para 4,32% para o cálculo das provisões matemáticas, que teve como efeito a redução do valor da Reserva Para Revisão do Plano, a partir de dezembro de 2.016, conforme estabelece a Resolução CGPC nº 18, de 28/03/06; b) Resultado dos investimentos obtido em 2.016; e c) Redução do valor da Reserva de Contingência, a partir de dezembro de 2.016, conforme estabelece a Resolução CNPC nº 22, de 25/11/15.

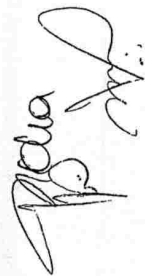
Quanto à rubrica de Exigível Operacional, a variação negativa no exercício de 94,39% resultou do pagamento das últimas parcelas do Benefício Temporário do trênis 2.008/10, efetuado no exercício de 2.016.

4. DESPESAS PREVIDENCIAIS

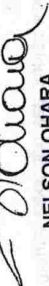
No exercício de 2.016 foram pagos aos assistidos R\$ 10.869 mil, sendo R\$ 6.868 mil a título de Benefícios de Prestação Continuada (Suplementação de aposentadoria por tempo de serviço, por idade, por invalidez, pensão e Abono Anual) e R\$ 4.001 mil, a título de Benefício Temporário, relativa às distribuições dos superávits dos trênis de 2.008/10 e 2.011/13.

5. AGRADECIMENTOS

No encerramento de mais um exercício social, expressamos os nossos agradecimentos pela confiança e apoio recebidos dos membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal, dos colaboradores, Dirigentes das Patrocinadoras e dos Assistedos e Pensionistas, bem como o nosso reconhecimento à valiosa colaboração prestada pelo quadro funcional da Entidade e pelos prestadores de serviços, possibilitando o pleno cumprimento de nossas obrigações.



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS


NELSON OHARA
Diretor Superintendente


DERIVAL OLIVEIRA SOUZA
Diretor de Seguridade


RICARDO MITSUO OYAGAWA
Diretor Administrativo

À Diretoria
SOMUPP - SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE PREVIDENCIA PRIVADA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da SOMUPP - SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE PREVIDENCIA PRIVADA, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, demonstrações das mutações do ativo líquido por plano de benefícios, demonstrações do ativo líquido por plano de benefícios, as demonstrações do plano de gestão administrativa consolidado e demonstrações das provisões técnicas do plano de benefício para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SOMUPP - SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE PREVIDENCIA PRIVADA em 31 de dezembro de 2016 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos **Auditoria dos valores comparativos**

As demonstrações contábeis mencionadas no primeiro parágrafo incluem, para fins de comparação, informações contábeis correspondentes ao balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2015, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, demonstrações das mutações do ativo líquido por plano de benefícios, demonstrações do ativo líquido por plano de benefícios, as demonstrações do plano de gestão administrativa consolidado e demonstrações das provisões técnicas do plano de benefício para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. O exame dessas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria datado de 23 de fevereiro de 2016, sem modificações.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, porém em razão da entidade não estar obrigada a publicar este relatório, este relatório não é elaborado e consequentemente, não acompanha as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional

e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, riscos, bem como obtemos evidências de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, concluir, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2017.

René Ceccacci
COKINOS & ASSOCIADOS
Auditores Independentes S/S
CRC-2SP 15.753/O-0
Registro CVM n.º 7.739

René Ceccacci
RENE CECCACCI
Contador
CRC-1SP141697/O-7

SOMUPP - Sociedade Multipatrocinada de Previdência Privada
Av. Pedroso de Moraes, 631 - 1º andar conjuntos 13 e 14 São Paulo - SP

C.N.P.J. Nº 54.221.072/0001-98
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31/12/2016 e 31/12/2015
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

ATIVO	Exercício 2016	Exercício 2015	PASSIVO		R\$ MIL
			Exercício 2016	Exercício 2015	
DISPONIVEL					
REALIZAVEL					
Gestão Administrativa	269.004	223.002	12	EXIGIVEL OPERACIONAL	3.903
Investimentos	1	1		Gestão Previdencial	3.732
Fundos de Investimento	268.494	223.001		Gestão Administrativa	172
Investimentos Imobiliários	509	519			
PERMANENTE				PATRIMÔNIO SOCIAL	219.124
Imobilizado	29	13		Patrimônio de Cobertura do Plano	123.117
	29	13		Provisões Matemáticas	75.298
				Benefícios concedidos	75.298
				Equilíbrio Técnico	47.819
				Resultados Realizados	47.819
				Superávit Técnico Acumulado	47.819
				Fundos	96.007
				Programa Previdencial	82.971
				Programa Administrativo	13.036
TOTAL DO ATIVO	269.042	223.027		TOTAL DO PASSIVO	223.027

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Nelson Ohara
NELSON OHARA
Diretor Superintendente
CPF 046.757.468-53


Marfácio da Silva Moura
MARFÁCIO DA SILVA MOURA
Contador CRC 1SP184074/O-8
CPF 987.058.708-49

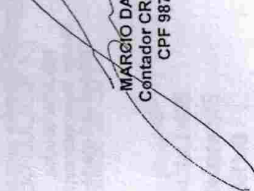
SOMIUPP - Sociedade Multipatrocinada de Previdência Privada
Av. Pedroso de Moraes, 631 - 1º andar conjuntos 13 e 14 São Paulo - SP

C.N.P.J. Nº 54.221.072/0001-98
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

DESCRIÇÃO	R\$ mil		Variação %
	Exercício 2016	Exercício 2015	
A) Patrimônio Social - início do exercício	219.125	193.020	13,52%
1. Adições	60.454	36.356	66,28%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	45.490	32.104	41,70%
(+) Receitas Administrativas	11.265	2.107	434,65%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	3.699	2.145	72,45%
2. Destinações	-10.756	-10.251	4,93%
(-) Benefícios	-6.870	-7.202	-4,61%
(-) Despesas Administrativas	-3.886	-3.049	27,45%
3. Acréscimo no Patrimônio Social (1+2)	49.698	26.105	90,38%
(+/-) Provisões Matemáticas	-2.386	1.746	-236,66%
(+/-) Fundos Previdenciais	2.838	6.554	-56,70%
(+/-) Superávit Técnico do Exercício	38.168	16.602	129,90%
(+/-) Fundos Administrativos	11.078	1.203	820,86%
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	268.823	219.125	22,68%

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis


NELSON OHARA
Diretor Superintendente
CPF 046.757.468-53

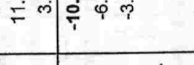

MARCIO DA SILVA MOURA
Contador CRC 1SP184074/O-8
CPF 987.059.708-49

SOMIUPP - Sociedade Multipatrocinada de Previdência Privada
Av. Pedroso de Moraes, 631 - 1º andar conjuntos 13 e 14 São Paulo - SP

C.N.P.J. Nº 54.221.072/0001-98
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

DESCRIÇÃO	R\$ mil		Variação %
	Exercício 2016	Exercício 2015	
A) Ativo Líquido - início do exercício	206.089	181.187	13,74%
1. Adições	45.490	32.104	41,70%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	45.490	32.104	41,70%
2. Destinações	-6.870	-7.202	-4,61%
(-) Benefícios	-6.870	-7.202	-4,61%
3. Acréscimo no Ativo Líquido (1+2)	38.620	24.902	55,09%
(+/-) Provisões Matemáticas	-2.386	1.746	-236,66%
(+/-) Fundos Previdenciais	2.838	6.554	-56,70%
(+/-) Superávit Técnico do Exercício	38.168	16.602	129,90%
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	244.709	206.089	18,74%
C) Fundos não previdenciais	24.114	13.036	84,98%
(+/-) Fundos Administrativos	24.114	13.036	84,98%

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis


NELSON OHARA
Diretor Superintendente
CPF 046.757.468-53



MARCIO DA SILVA MOURA
Contador CRC 1SP184074/O-8
CPF 987.059.708-49

SOMLUPP - Sociedade Multipatrocinada de Previdência Privada
Av. Pedroso de Moraes, 631 - 1º andar conjuntos 13 e 14 São Paulo - SP

C.N.P.J. Nº 54.221.072/0001-98
DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

DESCRIÇÃO	R\$ mil		Variação %
	Exercício 2016	Exercício 2015	
1. Ativos	268.857	222.855	20,64%
Receível	24.114	13.036	84,98%
Investimentos	244.743	209.819	16,64%
Fundos de Investimento	244.234	209.300	16,69%
Investimentos Imobiliários	509	519	-1,93%
2. Obrigações	34	3.731	-99,09%
Operacional	34	3.731	-99,09%
3. Fundos não Previdenciais	24.114	13.036	84,98%
Fundos Administrativos	24.114	13.036	84,98%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	244.709	206.088	18,74%
Provisões Matemáticas	72.913	75.298	-3,17%
Superávit	85.987	47.819	79,82%
Fundos Previdenciais	85.809	82.971	3,42%

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis


NELSON OHARA
Diretor Superintendente
CPF 046.757.468-53



MARCIO DA SILVA MOURA
Contador CRC 1SP184074/O-8
CPF 987.059.708-49

SOMLUPP - Sociedade Multipatrocinada de Previdência Privada
Av. Pedroso de Moraes, 631 - 1º andar conjuntos 13 e 14 São Paulo - SP

C.N.P.J. Nº 54.221.072/0001-98
DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADA
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

DESCRIÇÃO	R\$ mil		Variação %
	Exercício 2016	Exercício 2015	
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	13.036	11.833	10,17%
1. Custeio da Gestão Administrativa	14.964	4.252	251,93%
1.1. Receitas	14.964	4.252	251,93%
Custeio Administrativo dos Investimentos	11.260	2.101	435,94%
Resultado Positivo dos Investimentos	3.699	2.145	72,45%
Outras Receitas	5	6	-16,67%
2. Despesas Administrativas	-3.886	-3.049	27,45%
2.1. Administração Previdencial	-463	-349	32,66%
Pessoal e encargos	-248	-226	9,73%
Serviços de terceiros	-122	-87	40,23%
Despesas gerais	-92	-36	155,56%
Depreciações e amortizações	-1	0	100,00%
2.2. Administração dos Investimentos	-3.423	-2.700	26,78%
Pessoal e encargos	-2.241	-2.032	10,29%
Treinamento/congressos e seminários	-9	-20	-55,00%
Viagens e estadias	-5	-7	-28,57%
Serviços de terceiros	-359	-308	16,56%
Despesas gerais	-802	-328	144,51%
Depreciações e amortizações	-7	-5	40,00%
4. Sobre da Gestão Administrativa (1-2-3)	11.078	1.203	820,86%
5. Contingência do Fundo Administrativo (4)	11.078	1.203	820,86%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	24.114	13.036	84,98%

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis


NELSON OHARA
Diretor Superintendente
CPF 046.757.468-53



MARCIO DA SILVA MOURA
Contador CRC 1SP184074/O-8
CPF 987.059.708-49

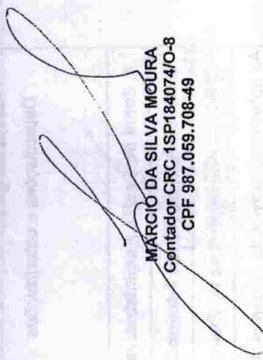
SOMUPP - Sociedade Multipatrocinada de Previdência Privada
Av. Pedroso de Moraes, 631 - 1º andar conjuntos 13 e 14 São Paulo - SP

C.N.P.J. Nº 54.221.072/0001-98
DPT - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

DESCRIÇÃO	Exercício 2016	Exercício 2015	R\$ mil Variação %
Provisões Técnicas (1+2+3+4)	244.743	209.819	16,64%
1. Provisões Matemáticas	72.913	75.298	-3,17%
1.1 Benefícios Concedidos	72.913	75.298	-3,17%
Benefício Definido	72.913	75.298	-3,17%
2. Equilíbrio Técnico	85.987	47.819	79,82%
2.1 Resultados Realizados	85.987	47.819	79,82%
Superávit Técnico Acumulado	85.987	47.819	79,82%
Reserva de contingência	13.307	14.020	-5,09%
Reserva para revisão de Plano	72.680	33.799	115,04%
3. Fundos	85.809	82.971	3,42%
3.1 Fundos Previdenciais	85.809	82.971	3,42%
4. Exigível Operacional	34	3.731	-99,09%
4.1 Gestão Previdencial	34	3.731	-99,09%

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis


NELSON OHARA
Diretor Superintendente
CPF 046.757.468-53


MARCIO DA SILVA MOURA
Contador CRC 1SP184074/O-8
CPF 987.059.708-49

SOMUPP-SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
Av. Pedroso de Moraes, 631, 1º andar - Conjuntos 13 e 14 - São Paulo - SP
C.N.P.J. Nº 54.221.072/0001-98

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
EM 31 de dezembro de 2016 e 2015

1. Contexto operacional

A SOMUPP-Sociedade Multipatrocinada de Previdência Privada, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar sem fins lucrativos, com finalidades previdenciais, com autonomia administrativa e financeira. Seu funcionamento foi autorizado através da Portaria Nº 3.398 de 07/01/85 do Ministério da Previdência Social, publicada no Diário Oficial da União de 09/01/85, tendo iniciado suas atividades em 15/05/85. Em 23/12/94, conforme Portaria Nº 1.716 do Ministério da Previdência Social, publicada no Diário Oficial da União em 26/12/94, passou a ser uma Entidade Multipatrocinada.

As atividades da SOMUPP-Sociedade Multipatrocinada de Previdência Privada são regidas pela Lei Complementar Nº 109, publicada no D.O.U. em 30/05/01

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a Entidade tem como objetivo principal a concessão de benefícios suplementares e/ou assemelhados aos da Previdência Social, aos seus Participantes e Beneficiários.

1.1. Patrocinadoras

A Entidade tem como patrocinadores conveniados:

- Promissor S. A. - Administração e Corretagens de Seguros;
- Associação de Assistência Mútua à Saúde SBC

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as normas contábeis estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, através da Resolução CNPC Nº 8, de 31/10/11, alteradas pelas Resoluções CNPC Nº 12, de 19/08/13, e CNPC Nº 16, de 19/11/14, que determinam a utilização de plano de contas específico e a apresentação em milhares de Reais.

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pela Administração em 22 de fevereiro de 2017.

3. Principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas não considerando os efeitos inflacionários ocorridos durante os exercícios de 2016 e 2015.

3.1. Estimativas atuariais e contábeis

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2016 e 2015, com base no julgamento da Administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
EM 31 de dezembro de 2016 e 2015

sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo, e as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações.

3.2. Ativo realizável - fluxo dos investimentos

Registram-se as aplicações dos recursos dos planos de benefícios, segregados por plano, obedecendo aos limites e critérios determinados em legislação pertinente, classificados como segue:

I. Renda fixa

Considerando as disposições da Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, os títulos e valores mobiliários são classificados em:

Títulos para negociação - Quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição. São avaliados mensalmente ao valor de mercado e seus efeitos reconhecidos nas operações do período; e

Títulos mantidos até o vencimento - Quando a intenção da Administração, e considerando a capacidade financeira da Entidade, é manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimento e classificação de risco do título. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

A receita com títulos de renda fixa, as rendas / variações positivas e deduções / variações negativas da carteira são apropriadas mensalmente em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

II. Investimentos imobiliários

São registrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, ajustados pelo valor das reavaliações a valor de mercado efetuadas, a cada três anos, conforme determina a Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 e deduzida da depreciação, calculada pelo método linear, de acordo com o prazo de vida útil de cada bem, estabelecido nos laudos de avaliação.

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
EM 31 de dezembro de 2016 e 2015

3.3. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Entidade são depreciados pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica do bem estimada na aquisição, às seguintes alíquotas anuais:

Descrição	Taxa
Edificações	2%
Imobilizado	
Móveis e utensílios	10%
Maquinas e equipamentos	10% - 25%
Veículos	20%
Computadores e periféricos	20%

3.4. Exigível operacional

É demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variação monetários incorridos.

3.5. Provisão de férias, 13º salário e respectivos encargos

As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de um terço e o retorno de férias, 13º salários são provisionados no PGA segundo o regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.

3.6. Patrimônio social - provisões matemáticas

São determinadas segundo cálculos efetuados por atuário externo, contratado pela Entidade, e representam os compromissos previdenciários assumidos com os participantes assistidos e beneficiários. As provisões relativas a benefícios concedidos são representadas pelo valor presente dos benefícios futuros de participantes, em gozo de aposentadoria ou pensão, líquido das respectivas contribuições futuras. E os benefícios a conceder, representam o montante dos saldos de contas individuais nos planos de contribuição variável e saldo de conta coletiva para os planos de benefício definido.

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
EM 31 de dezembro de 2016 e 2015

3.7. Apurações de resultado

O resultado das operações é registrado pelo regime contábil de competência. Os valores das contribuições das patrocinadoras são estabelecidos anualmente por meio de cálculos atuariais.

3.8. Receitas administrativas

Atendendo às determinações legais contidas na Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, as receitas administrativas, oriundas do Plano Anual de Custeio da Entidade são transferidas do Plano de Benefícios para o Plano de Gestão Administrativa - PGA.

4. Posição dos títulos mobiliários componentes da carteira de investimentos

Em cumprimento ao disposto na Resolução CGPC Nº 4, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC Nº 22, de 25 de setembro de 2006:

Posição dos Títulos e Valores Mobiliários Para Negociação em 31/12/2016:

Tipo	Emissor	Natureza	Vencimento	Parâmetro	Valor
LFT	Tesouro Nacional	Público	07/09/17	Setic	185.505
LFT	Tesouro Nacional	Público	01/03/18	Setic	83.019
Total					268.524

5. PEDIDOS DE RETIRADA DAS PATROCINADORAS

No dia 02/09/16, as Patrocinadoras "Promissor S/A - Administração e Corretagens de Seguros" e a "Associação de Assistência à Saúde SBC", apresentaram pedidos de retirada de patrocínio, informando que "a decisão está amparada na inexistência de participantes ativos, na exiguidade da massa de assistidos e, como colorário, na dificuldade crescente de prover os assentos nos órgãos de administração da SOMUPP."

Em cumprimento ao disposto na Resolução CNPC nº 11, de 13/05/13, a Entidade adotou as seguintes providências: a) Envio de correspondências às patrocinadoras informando que ambas solicitaram a retirada de patrocínio; b) Envio de correspondências ao Presidente do Conselho Deliberativo e aos membros do Conselho Fiscal da Entidade, informando o recebimento dos pedidos de retirada das patrocinadoras e que a Diretoria Executiva tomará as devidas providências

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
EM 31 de dezembro de 2016 e 2015

para instrumentalização do processo, para posterior sujeição ao Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal; c) Envio de correspondência para a PREVIC, dando ciência dos pedidos de retirada de patrocínio; e d) Envio de comunicado aos assistidos informando sobre os pedidos de retirada de patrocínio.

No dia 20/09/16, recebemos o Ofício nº 2876/CGTR/DITEC/PREVIC, acusando o recebimento do expediente SOMUPP-042/16, datado de 05/09/16, através do qual informamos o recebimento dos pedidos de retirada das patrocinadoras do Plano de Benefício Coopereotia.

Conforme o disposto na Resolução CNPC nº 11, de 13/05/13, estabelecemos como Data-base para o processo de retirada das patrocinadoras o dia 31/10/16.

A retirada efetiva das Patrocinadoras ocorrerá após a aprovação pela PREVIC do processo de retirada de patrocínio, conforme o previsto no inciso IV do artigo 2º da Resolução CNPC nº 11, de 13/05/13, cujo texto transcrevemos:

"Inciso IV - data do cálculo, correspondente ao último dia do mês em que ocorrer a data de autorização, momento em que os cálculos serão posicionados visando mensurar os direitos e obrigações das partes em face da retirada de patrocínio, substituindo os valores calculados referencialmente na data-base, restando encerrada a relação de patrocínio a partir dessa data."

6. Demonstrativo da contratação de contribuições em atraso, de serviço passado, de déficit técnico e de outras contratações

	2016	2015
Operações Contratadas	-	85.624
(-) Provisão Para Eventual Perda	-	(85.624)
Saldo	-	-

O valor de R\$ 85.624 correspondia, em 31/12/2015, aos empréstimos com exigibilidade de longo prazo concedidos à patrocinadora instituidora Cooperativa Agrícola de Cotia - Cooperativa Central, a taxas de mercado, com amparo no Artigo 45 da Lei Nº 6.435 de 15/07/1977, mediante garantias reais, sendo R\$ 6 o valor do principal e R\$ 85.618 os acréscimos. Em 30/09/94 foi aprovada a dissolução e consequente liquidação da patrocinadora, através da Assembleia Geral Extraordinária, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 1º/10/1994.

Tendo transcorrido, em 30/09/1996, o prazo de 2 anos da aprovação da liquidação extrajudicial da Cooperativa Agrícola de Cotia - Cooperativa Central, e não terem sido pagas as parcelas vencidas desde 24/09/1995, a Entidade entrou, em

SOMUPP-SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
Av. Pedroso de Moraes, 631, 1º andar - Conjuntos 13 e 14 - São Paulo - SP
C.N.P.J. N° 54.221.072/0001-98

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
EM 31 de dezembro de 2016 e 2015

7/10/1996, com ações de execução das garantias reais junto ao Foro Regional de Pinheiros, São Paulo.

Processada por longos anos e com o ativo consumido quase que em sua totalidade no pagamento de ações trabalhistas e tributárias, além de cédulas agrícolas nas instituições autoras do pedido de convalidação em judicial, a liquidação não tem prazo de ultimação e não há perspectiva de quitação integral dos débitos. Na avaliação da assessoria jurídica não há viabilidade de recebimento de qualquer parcela do crédito da SOMUPP, em curto ou médio prazo, o que, ainda mais no cenário de retirada de patrocínio, autorizaria a baixa das provisões.

Diante das circunstâncias, a administração da Entidade aprovou a baixa das Ações de Execução, que foi efetuada no mês de agosto de 2.016.

7. Demonstrativo da composição consolidada do exigível atuarial

Foram constituídas com base no Parecer do Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/C Ltda., e representam compromissos, assim demonstrados:

	2016	2015
Benefícios Concedidos	72.913	75.298
Benefícios a Conceder	-	-
Total do exigível atuarial	72.913	75.298

A partir de dezembro de 2013 passamos a adotar a tábua de mortalidade AT-2000, suavizada em 10% e, a partir de dezembro de 2015, alteramos a taxa anual de juros da meta atuarial de 3,5% para 3,63% e, a partir de dezembro de 2016, alteramos a taxa anual de juros da meta atuarial de 3,63% para 4,32%.

8. Demonstrativo da composição consolidada da carteira de investimentos

	2016	2015
Renda fixa	268.494	222.482
Quotas do FIF Monte Carlo Beta	268.494	222.482
Investimentos imobiliários	509	519
Edificações	509	519
Total	269.003	223.001

SOMUPP-SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
Av. Pedroso de Moraes, 631, 1º andar - Conjuntos 13 e 14 - São Paulo - SP
C.N.P.J. N° 54.221.072/0001-98

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
EM 31 de dezembro de 2016 e 2015

9. Objetivos e critérios utilizados para constituição e reversão de fundos

a) Fundo para cobertura de oscilação de riscos

O Fundo para cobertura de oscilação de riscos foi constituído para suportar eventuais demandas decorrentes, principalmente, do disposto no § 2º do artigo 1º do Regulamento Complementar do Plano de Benefícios Coopercoltia.

b) Fundo para revisão do plano

O Fundo Para Revisão do Plano foi constituído para suportar o pagamento do superávit acumulado.

c) Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo foi constituído para custear as despesas administrativas do Plano de Gestão Administrativa.

10. Custeio das despesas administrativas

As despesas administrativas do Plano de Gestão Administrativa são custeadas pelos recursos alocados no Fundo Administrativo.

11. Transferência do fluxo de investimentos para a gestão previdencial

Os resultados líquidos do Fluxo de Investimentos foram transferidos para a Gestão Previdencial.

12. Investimento imobiliário

Em cumprimento ao disposto no item 19.h. do Anexo A da Instrução SPC nº 34, de 24/09/2009, a Entidade procedeu à reavaliação de edificações para uso próprio, constituída pelos conjuntos números 13 e 14 da Avenida Pedroso de Moraes, 631, 1º andar. Foi contratada a empresa Amatal D'Avila Engenharia de Avaliações cujo Laudo de Avaliação, com data base em setembro de 2.014, estipulou vida útil remanescente de 37 anos e avaliou em R\$ 260 e R\$ 270 os conjuntos números 13 e 14, respectivamente. O laudo de avaliação foi analisado e aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade, na reunião extraordinária realizada no dia 30/12/2014, bem como reconhecido contabilmente o seu resultado no balancete de dezembro de 2.014.

13. Partes relacionadas

A Entidade não realizou transações com partes relacionadas nos exercícios de 2016 e 2015.

SOMUPP-SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
Av. Pedroso de Moraes, 631, 1º andar - Conjuntos 13 e 14 - São Paulo - SP
C.N.P.J. N° 54.221.072/0001-98

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
EM 31 de dezembro de 2016 e 2015

14. Eventos Subsequentes

Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações contábeis, não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações contábeis apresentadas.

NELSON OHARA
Diretor Superintendente
CPF 046.757.468-53

MÁRCIO DA SILVA MOURA
Contador - CRC 1 SP 184074/0-8
CPF 987.059.708-49



ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ACESSORIA ATUARIAL S/S LTDA.

PARECER ATUARIAL EXERCÍCIO 2016 DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL 2016

Entidade:
SOMUPP – SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Plano de Benefícios:
PLANO DE BENEFÍCIOS COOPERCOTIA

CNPB Nº:
1985.0002-29

Patrocinadoras:

1. ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÚTUA À SAÚDE – SBC
2. PROMISSOR S.A. – ADMINISTRAÇÃO E CORRETAGEM DE SEGUROS

Data-Base do Cadastro:
31/10/2016

1. DO OBJETIVO

A Avaliação Atuarial teve por objetivo determinar o valor das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdenciais em 31/12/2016 e as contribuições necessárias para dar liquidez financeira ao pagamento dos benefícios estabelecidos pelo Regulamento do plano.

Os resultados da avaliação estão consignados no BALANÇO PATRIMONIAL encerrado em 31/12/2016 e na DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL (DA 2016).

2. DO PLANO DE BENEFÍCIOS

O PLANO DE BENEFÍCIOS COOPERCOTIA teve início de vigência em 15/05/1985 e encontra-se atualmente bloqueado a novas adesões de Participantes.

A última alteração do Regulamento foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, através do Ofício nº 3302/SPC/DETEC/CGAT, de 06/11/2009 e da Portaria MPS/SPC/DETEC Nº 3143, de 06/11/2009 – DOU de 09/11/2009.

Em 12/09/2016 a Entidade protocolou junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, o pedido de Retirada Total de Patrocínio.

Através do Ofício nº 2876/CGTR/DITEC/PREVIC, foi informado que o assunto foi analisado, nos termos do Despacho nº 298/2016/CGTR/DITEC/PREVIC, de 16 de setembro de 2016.

3. DOS BENEFÍCIOS, MODALIDADE E REGIME FINANCEIRO

O plano assegura os benefícios de Suplementação da Aposentadoria por Tempo de Serviço, Suplementação da Aposentadoria por Idade, Suplementação da Aposentadoria por Invalidez e Suplementação da Pensão por Morte, estruturados na modalidade de BENEFÍCIO DEFINIDO e financiados pelo regime financeiro de CAPITALIZAÇÃO INTEGRAL.

4. DA BASE CADASTRAL

O PLANO DE BENEFÍCIOS COOPERCOTIA foi avaliado atuarialmente sobre o cadastro de Assistidos e Pensionistas, fornecido pela Entidade e posicionado na data-base de 31/10/2016.

A população segurada pelo plano está composta de 68 Assistidos e 70 Pensões, cuja síntese dos cadastros posicionados em 31/10/2015 e em 31/10/2016 está conforme segue:

Base Cadastral	31/10/2015	31/10/2016
Quantidade de Participantes Ativos	- 0 -	- 0 -
Quantidade de Assistidos	142	138
Quantidade de Aposentadorias	78	68
Nº de Aposentadorias por Tempo de Serviço	64	56
Suplementação média	R\$ 4.341,38	R\$ 4.878,12
Idade média	82,41 anos	82,66 anos
Nº de Aposentadorias por Idade	7	6
Suplementação média	R\$ 2.092,11	R\$ 1.764,99
Idade média	87,71 anos	89,00 anos
Nº de Aposentadorias por Invalidez	7	6
Suplementação média	R\$ 2.301,38	R\$ 2.730,51
Idade média	68,43 anos	68,17 anos
Nº de Pensões	64	70
Suplementação média	R\$ 2.635,17	R\$ 3.023,61
Idade média	76,77 anos	76,57 anos

5. DA "DURATION" DO PASSIVO

A "Duration" do passivo corresponde a 8,25 anos e representa o prazo médio dos pagamentos de benefícios ponderado pela importância de cada fluxo anual, considerando as variações de valor do dinheiro ao longo do tempo. A "Duration" consta da Planilha DPAP 2016.

6. DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

Os benefícios estão estruturados na modalidade de BENEFÍCIO DEFINIDO e os compromissos atuariais estão determinados pelo regime financeiro de CAPITALIZAÇÃO INTEGRAL, incluindo a reversão da Aposentadoria em Pensão, em caso de morte do Assistido.

As premissas e hipóteses atuariais são utilizadas somente no cálculo da PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS, dos Assistidos e Beneficiários Pensionistas, dado que o plano não possui Participante Ativo.

Em relação ao Exercício de 2015 houve alteração somente da Taxa Real Anual de Juros, passando de 3,63% para 4,32% ao ano, conforme indicado no Estudo de Aderência da Taxa de Juros, elaborado pela "PPS Portfolio Performance".

6.1. Premissas e Hipóteses utilizadas na Avaliação Atuarial:

6.1.1. INDEXADOR DO PLANO (REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS):

VALOR: IPCA (IBGE)

Quantidade esperada no exercício seguinte: 4,71% (Fonte Focus)
Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 6,28%
Quantidade esperada no exercício encerrado: 7,56%

Divergência entre esperado e ocorrido: A quantidade esperada correspondia à expectativa do Banco Central do Brasil, no início do exercício de 2016.

Justificativa: Conjuntura Econômica.

6.1.2. TAXA REAL ANUAL DE JUROS

VALOR: 4,32%

Quantidade esperada no exercício seguinte: 4,32%.
Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 20,35%.
Quantidade esperada no exercício encerrado: 3,63%.

Divergência entre esperado e ocorrido: O ativo do plano apresentou no exercício, rentabilidade correspondente a 27,91%.

Justificativa: A Entidade promoveu estudo técnico para comprovar a aderência da taxa real anual de juros, que está disponível para conhecimento dos participantes, patrocinadoras e do órgão fiscalizador.

A Diretoria Executiva e o Conselho Deliberativo, nas reuniões realizadas nos dias 02/02/2017 e 03/02/2017, respectivamente, aprovaram a utilização do Limite Inferior da Taxa Parâmetro, correspondente a 4,32% ao ano, para o encerramento do Exercício de 2016.

6.1.3. TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS

VALOR: AT 2000, SUAVIZADA EM 10%.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 0,16.
Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 1,00.
Quantidade esperada no exercício encerrado: 0,17.

Divergência entre esperado e ocorrido: O pequeno contingente não oferece estabilidade estatística.



Justificativa: A Entidade promoveu Estudo Técnico sobre a aderência da Tábua de Mortalidade AT 2000, suavizada em 10%, comprovando total adequação ao universo segurado. O estudo está disponível para conhecimento dos participantes, patrocinadoras e do órgão fiscalizador.

6.1.4. TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL

VALOR: AT 2000, SUAVIZADA EM 10%.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 6,58.
Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 9.
Quantidade esperada no exercício encerrado: 6,41.

Divergência entre esperado e ocorrido: O pequeno contingente não oferece estabilidade estatística.

Justificativa: A Entidade promoveu Estudo Técnico sobre a aderência da Tábua de Mortalidade Geral, AT 2000 suavizada em 10%, comprovando total adequação ao universo segurado. O estudo está disponível para conhecimento dos participantes, patrocinadoras e do órgão fiscalizador.

6.2. Premissas e Hipóteses não utilizadas na Avaliação Atuarial:

6.2.1. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS DO INSS

6.2.2. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS SALÁRIOS

6.2.3. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS DA ENTIDADE

6.2.4. HIPÓTESE DE ENTRADA EM APOSENTADORIA

6.2.5. HIPÓTESE SOBRE COMPOSIÇÃO DE FAMÍLIA DE PENSIONISTAS

6.2.6. HIPÓTESE SOBRE GERAÇÕES FUTURAS DE NOVOS ENTRADOS

6.2.7. HIPÓTESE SOBRE ROTATIVIDADE (PERCENTUAL)

6.2.8. PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIO

6.2.9. PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DO MAIOR SALÁRIO DE BENEFÍCIO DO INSS

6.2.10. PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DOS BENEFÍCIOS DO PLANO

6.2.11. TÁBUA DE ENTRADA EM INVALIDEZ

6.2.12. TÁBUA DE MORBIDEZ



7. DO PATRIMÔNIO SOCIAL

A Avaliação Atuarial determinou o valor das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdenciais, cujo resultado segue abaixo.

Desta forma, o Patrimônio Social no encerramento dos exercícios findos em 31/12/2015 e 31/12/2016, está composto conforme segue:

Descrição	Valores em Reais:		Variação %
	31/12/2015	31/12/2016	
PATRIMÔNIO SOCIAL	219.124.528,10	268.822.540,10	22,68%
Patrimônio de Cobertura do Plano	123.117.060,73	158.899.817,95	29,06%
Provisões Matemáticas	75.297.853,61	72.912.918,39	-3,17%
Benefícios Concedidos	-75.297.853,61	72.912.918,39	-3,17%
Benefício Definido Estruturado em regime de Capitalização	75.297.853,61	72.912.918,39	-3,17%
Valor Atual dos benefícios futuros programados – Assisted	47.675.953,90	41.160.592,87	-13,67%
Valor Atual dos benefícios futuros não programados – Assisted	27.621.899,71	31.752.325,52	14,95%
Benefícios a Conceder	0,00	0,00	0,00%
Equilíbrio Técnico	47.819.207,12	85.986.899,56	79,82%
Reserva de Contingência	14.020.460,34	13.306.607,61	-5,09%
Reserva Especial para Revisão de Plano	33.798.746,78	72.680.291,95	115,04%
Fundos	96.007.467,37	109.922.722,15	14,49%
Fundos Previdenciais	82.971.026,38	85.809.097,13	3,42%
Revisão de Plano	76.859.851,03	82.236.749,14	7,00%
Assisted	76.859.851,03	82.236.749,14	7,00%
Previsto em NTA - Oscilação de Riscos	6.111.175,35	3.572.347,99	-41,54%
Fundos Administrativos	13.036.440,99	24.113.625,02	84,97%

8. DO AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

Conforme planilha DPAP 2016, disponibilizada pela PREVIC, e preenchida pela Entidade, o plano de benefícios não possui Títulos Públicos Marcados na Curva, portanto não há Ajuste de Precificação a ser contemplado neste encerramento de Exercício.



9. DO PARECER ATUARIAL DO GRUPO DE CUSTEIO

Uma vez que a PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS está integralmente constituída e coberta pelo PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO, apresentando ainda um Excedente Patrimonial, os Assisted, os Beneficiários Pensionistas e as Patrocinadoras, nada contribuem.

9.1. VARIÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

A variação da PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS decorreu pelo reajuste monetário dos benefícios, pela extinção de benefícios, pelo envelhecimento da massa e também pela alteração da taxa real anual de juros de 3,63% para 4,32%.

9.2. PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

Não há. O contingente assegurado pelo plano é constituído somente de Assisted e Pensionistas. O ativo garantidor da PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS assegura a solvência e a liquidez. O plano vem apresentando um excedente patrimonial há vários exercícios e a Provisão Matemática está determinada com premissas e hipóteses, financeiras, demográficas e econômicas, totalmente adequadas que anulam qualquer risco atuarial.

9.3. SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

O plano não apresenta insuficiência patrimonial.

10. DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR E CONTRATOS

Não há Provisões Matemáticas a Constituir ou Contratos.

11. DO FUNDO PREVIDENCIAL DE DESTINAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DE PLANO

O valor constante da rubrica FUNDOS PREVIDENCIAIS – REVISÃO DE PLANO teve origem em 31/12/2014, em razão da transferência dos recursos constituídos há 3 (três) anos consecutivos na rubrica EQUILIBRIO TÉCNICO - RESERVA ESPECIAL REVISÃO DO PLANO. A transferência foi efetuada conforme aprovações da Diretoria Executiva, em reunião realizada no dia 29/12/2014, e pelo Conselho Deliberativo, em reunião extraordinária realizada no dia 30/01/2015.

Em setembro/2016 foi debitado nesta conta o valor de R\$ 1.166.732,01, correspondente à segunda parcela da destinação dos recursos, conforme cronograma de distribuição previamente aprovado e, em 31/12/2016, apresenta o valor de R\$ 82.236.749,14.



12. DO PARECER ATUARIAL DO PLANO

12.1. Qualidade da base cadastral

A base cadastral está em conformidade. Através de análise comparativa e totalizadores de quantidades e de valores, o cadastro apresentou-se consistente em relação ao exercício anterior.

12.2. Constituição do Fundo Previdencial

No Fundo Previdencial – Outros Previsto em Nota Técnica Atuarial, a título de COBERTURA DE OSCILAÇÃO DE RISCOS, está provisionado em 31/12/2016 o valor de R\$ 3.572.347,99, constituído especificamente para suportar eventual concessão de pensão por morte aos dependentes de assistidos que venham a falecer, caso estes sejam reconhecidos como beneficiários pela Previdência Social, condicionado ao disposto no § 2º do Artigo 1º do Regulamento do PLANO DE BENEFÍCIOS COOPERCOTIA. O valor provisionado representa o eventual acréscimo na Provisão Matemática de Benefícios Concedidos.

12.3. Variação do Resultado Superavitário

O PATRIMÔNIO SOCIAL em 31/12/2016 de R\$ 268.822.540,10, dá cobertura integral aos compromissos atuariais, apresentando um resultado superavitário de R\$ 85.986.899,56, sendo R\$ 13.306.607,61 consignados na rubrica RESERVA DE CONTINGÊNCIA e R\$ 72.680.291,95 na rubrica RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DE PLANO, demonstrando solvência e liquidez.

A RESERVA DE CONTINGÊNCIA sofreu um decréscimo em razão da aplicação do limite estabelecido pela Resolução CNPC nº 22, de 25/11/2015, ou seja, $[10\% + 1\% \times \text{duração do passivo}]$, passando de 18,62% para 18,25% do valor da PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS, que também teve um decréscimo devido à alteração da taxa real anual de juros.

O acréscimo no valor da RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DE PLANO se deve à redução da RESERVA DE CONTINGÊNCIA, em decorrência do limite sobre o valor da Provisão Matemática, da alteração a taxa real anual de juros de 3,63% para 4,32%, bem como pela rentabilidade obtida nos investimentos no exercício de 2016.

12.4. Natureza do resultado Conjuntural ou Estrutural

O resultado superavitário foi conjuntural.



12.5. Soluções para equacionamento do Déficit Técnico

Não há Déficit Técnico.

12.6. Adequação dos métodos de financiamento

O método de financiamento está adequado.

12.7. Outros fatos relevantes

Correspondente ao triênio findo em 2013, para atendimento à Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, no Balanço Patrimonial de 31/12/2014 foi consignado como FUNDOS PREVIDENCIAIS – REVISÃO DE PLANO, o valor da RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DO PLANO.

A Diretoria Executiva, em reuniões realizadas no dia 29/12/2014, 29/01/2015 e 22/01/2016, e o Conselho Deliberativo, em reuniões extraordinárias realizadas no dia 30/01/2015, 28/09/2015, 29/12/2015 e 26/01/2016, aprovaram a destinação da RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DE PLANO ao longo dos próximos anos, de forma a permitir, caso se torne necessária, a imediata interrupção do fluxo de saída, que é fato relevante na referida Resolução.

O fluxo de pagamento teve início no exercício de 2015, e finalizará em 2024, ou antes, caso o processo de retirada de patrocínio venha a ser aprovado, o que resultará na antecipação do pagamento das parcelas pendentes. As parcelas serão rateadas entre os Assistidos e Pensionistas proporcionalmente ao valor da provisão matemática individual, tendo como data base o penúltimo mês anterior à data do pagamento de cada parcela.

12.7.1. Aderência das Premissas e Hipóteses utilizadas

A Entidade promoveu em Dezembro/2014 o Estudo Técnico sobre a aderência das hipóteses biométricas, demográficas, onde comprova a adequação e aderência. O Estudo tem validade máxima de 3 (três) anos, a contar a partir da data de sua realização.

Em relação ao Parecer Conclusivo do Estudo Técnico que visa a Adequação e Aderência da Taxa Real Anual de Juros, datado de Janeiro/2017 e emitido pela nossa empresa, comprovando a convergência da Taxa Real Anual de Juros, o mesmo foi consubstanciado no "Estudo de Aderência da Taxa Real Anual de Juros SOMUPP", elaborado pela "PPS Portfolio Performance". O Estudo tem periodicidade anual.



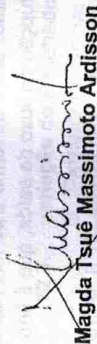
Os estudos estão disponíveis para conhecimento dos Participantes, Patrocinadoras e do órgão fiscalizador.

12.7.2. Taxa de Juros Parâmetro

A Taxa de Juros Parâmetro e seus limites, disposta na Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, divulgada pela Portaria nº 186, de 28 de abril de 2016, para o Exercício 2016, considerando a "duration" do passivo, constante da Planilha DPAP 2015, enviada à PREVIC, está conforme segue:

<i>Duration</i>	
Taxa de Juros Parâmetro	8,62 anos
6,17% a.a.	Limite Superior
4,32% a.a.	6,57% a.a.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2017.


Magda Tsuê Massimoto Ardissou
 Atuário – MIBA 462
 ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ASSESSORIA ATUARIAL S.S. LTDA.

SOMUPP-SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA


PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da SOMUPP-SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA, no cumprimento de suas obrigações legais e estatutárias, declara haver procedido ao exame do Relatório de Atividades de 2.016, dos Balanços Patrimoniais em 31/12/2.016 e 31/12/2.015, da Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, da Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, da Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, da Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada, da Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios, e das Notas Explicativas Sobre as Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2.016 e 2.015, tendo concluído, com base nesse exame e no Parecer da Cokinos Auditores e Consultores e no Parecer Atuarial e Demonstração Atuarial do Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/S Ltda que referidas demonstrações refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Entidade. Assim, por seus membros, abaixo assinados, o Conselho Fiscal recomenda que os citados documentos sejam aprovados pelo Conselho Deliberativo.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2.017


 HIROSHI NISHIOAKA


 TADAO SENDA


 ALEXANDRE NOZAWA BRITO

SOMUPP-SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo da SOMUPP-SOCIEDADE MULTIPATROCINADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA, no cumprimento de suas obrigações legais e estatutárias, após ter examinado o Relatório de Atividades de 2.016, os Balanços Patrimoniais em 31/12/2.016 e 31/12/2.015, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, a Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, a Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada, a Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios, e as Notas Explicativas Sobre as Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2.016 e 2.015, devidamente acompanhados do Parecer da Cokinós Auditores e Consultores, do Parecer Atuarial e Demonstração Atuarial do Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/S Ltda e do Parecer do Conselho Fiscal, deliberou por aprovar, por unanimidade, os atos e contas relativos ao exercício de 2.016.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2.017

DEMEURE BRITO

Presidente do Conselho Deliberativo

SHIMHATIRO HASHIZUME

MASSATOSHI NODA

INFORMAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DE 2016 A 2020
(RESUMO)

1 Introdução

Conforme estabelece a Lei Complementar 109/2001 e Resolução CMN nº 3792/2009, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar devem definir a Política de Investimento

2 Governança Corporativa

A adoção das melhores práticas de Governança Corporativa garante que os envolvidos no processo decisório da Entidade cumpram seus códigos de conduta pré-acordados a fim de minimizar conflitos de interesse ou quebra dos deveres.

Esta Política de Investimento (PI) estabelece os princípios e diretrizes a serem seguidos na gestão dos recursos correspondentes às reservas técnicas, fundos e provisões, sob a administração desta entidade, visando atingir e preservar o equilíbrio atuarial e a solvência do Plano de Benefícios Coopercotia

3 Diretrizes Gerais

Os princípios, metodologias e parâmetros estabelecidos nesta PI buscam garantir, ao longo do tempo, a segurança, liquidez e rentabilidade adequadas e suficientes ao equilíbrio entre ativos e passivos do plano, bem como procuram evitar a exposição excessiva a riscos para os quais os prêmios pagos pelo mercado não sejam atraentes ou adequados aos objetivos do Plano.

4 Plano de Benefícios

4.1 Identificação do Plano de Benefícios

Esta política de investimento apresenta as diretrizes para a aplicação dos recursos garantidores do Plano de Benefícios Coopercotia, administrado pela SOMUPP cujas principais características são:

- Tipo de Plano: Benefício Definido (BD)
- CNPB: 1985000229
- Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB): Nelson Ohara
- Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ): Nelson Ohara



riskoffice

5 Alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação

A Supervisão Baseada em Riscos apresentada pela PREVIC verifica a exposição a riscos e os controles sobre eles exercidos, atua de forma prudencial sobre as origens dos riscos e induz uma gestão proativa das entidades.

5.1 Expectativas de Retorno

A expectativa de retorno dos investimentos passa pela definição de um cenário econômico que deve levar em consideração as possíveis variações que os principais indicadores podem sofrer, mensuradas através de um modelo estocástico que observa a volatilidade histórica apresentada por eles para estimar as possíveis variações, dada uma expectativa de retorno.

O resultado desta análise se encontra no quadro abaixo, que demonstra a expectativa de retorno da Entidade em relação a cada segmento de aplicação.

SEGMENTO	RENTABILIDADES	
	2014	1º Semestre 2015 - Estimativa 2016
Consolidado	14,45%	9,76%
Renda Fixa	14,47%	9,77%
Imóveis	11,27%	5,20%
		12,28%

5.2 Passivo

O controle de riscos em planos de previdência passa necessariamente pela identificação do passivo, que pode consistir em obrigações futuras ou expectativas de retorno, de acordo com os tipos de plano de benefícios. A avaliação do risco atuarial integrada aos investimentos tem como objetivo assegurar os padrões de segurança econômico-financeira, com fim específico de preservar a liquidez, a solvência e o equilíbrio dos planos de benefícios administrados.

A Resolução CNPC Nº 09, de 29 de novembro de 2012, determina que as EFPC passem a informar a duração do ativo e do passivo do plano de benefícios.

Duration do Passivo: 8,62 anos

Duration do Ativo: 6,22 anos

5.3 Limites por segmento

A tabela a seguir apresenta a alocação-objetivo e os limites de aplicação em cada um dos segmentos definidos pela Resolução CMN nº 3792/2009.

SEGMENTO	ALOCACÃO ATUAL*	LIMITE LEGAL	ALOCACÃO OBJETIVO	LIMITES	
				INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	99,76%	100%	99,76%	0%	100%
Imóveis	0,24%	8%	0,24%	0%	8%

6 Limites

Na aplicação dos recursos, o plano observa os limites estabelecidos por esta Política de Investimento e pela Resolução CMN nº 3.792, conforme tabelas abaixo.

6.1 Por modalidade de investimento

MODALIDADE DE INVESTIMENTO	LIMITES	
	LEGAL	POLÍTICA
Renda Fixa	100%	100%
Títulos da dívida mobiliária federal	100%	100%
Ativos de renda fixa, exceto títulos da dívida mobiliária federal	80%	20%*
Títulos e valores mobiliários de renda fixa de emissão ou coobrigação de instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.	80%	20%*
Imóveis	8%	1%

* Nessa modalidade somente serão permitidas operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais e valores depositados em conta corrente até o limite de garantia do FGC.

6.2 Alocação por Emissor

ALOCACÃO POR EMISSOR	LIMITES	
	LEGAL	POLÍTICA
Tesouro Nacional	100%	100%
Instituição financeira autorizada a funcionar pelo Bacen	20%	20%

6.3 Concentração por Emissor

CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR	LIMITES	
	LEGAL	POLÍTICA
% de PL de uma mesma Instituição Financeira	25%	25%

6.4 Concentração por Investimento

CONCENTRAÇÃO POR INVESTIMENTO	LIMITES	
	LEGAL	POLÍTICA
% de uma mesma série de títulos ou valores mobiliários	25%	25%

7 Restrições

Na aplicação dos recursos, o plano observa as vedações estabelecidas pela Resolução CMN nº 3.792 para as modalidades de investimento elegíveis.

Durante a vigência desta Política de Investimento, somente títulos públicos federais poderão ser adquiridos pelos gestores. Poderão ser realizadas também operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais, além de se manter valores depositados em conta corrente até o limite de garantia do FGC.

8 Derivativos

As operações com derivativos são permitidas, desde que respeitados os limites, restrições e demais condições estabelecidas pela Resolução CMN nº 3.792 e regulamentações posteriores.

9 Apreçamento de ativos financeiros

Os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras e fundos de investimentos, exclusivos ou não, nos quais o plano aplica recursos devem ser marcados a valor de mercado, de acordo com os critérios recomendados pela CVM e pela ANBIMA. Isso não exclui a possibilidade, porém, de o plano contabilizar os títulos que pretende carregar até o vencimento pela taxa de compra do papel, método chamado de marcação na curva.

10 Benchmarks por segmento e metas de rentabilidade/atuarial

A Resolução CMN nº 3.792 exige que as entidades fechadas de previdência complementar definam índices de referência (*benchmarks*) e metas de rentabilidade para cada segmento de aplicação.

Entende-se como índice de referência, ou *benchmark*, para determinado segmento de aplicação o índice que melhor reflete a rentabilidade esperada para o curto prazo, isto é, para horizontes mensais ou anuais, conforme as características do investimento. Esse índice está sujeito às variações momentâneas do mercado.

SEGMENTO	BENCHMARK	META DE RENTABILIDADE
PLANO	IPCA + 3,63%	IPCA + 3,63%
Renda Fixa	IPCA + 3,63%	IPCA + 3,63%
Imóveis	IPCA + 3,63%	IPCA + 3,63%

11 Gestão de Risco

Este tópico estabelece quais serão os critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos.

11.1 Risco Integrado

O fato da Resolução CMN nº 3792/2009 dispensar a Entidade do cálculo da Divergência-Não-Planejada (DNP), que consiste na verificação da diferença entre o resultado dos investimentos e o valor projetado para os mesmos, ratifica a importância da implementação de um modelo próprio que reforça o que está descrito neste capítulo.

11.2 Risco Atuarial

Entende-se por risco atuarial o risco decorrente das obrigações da Entidade para com seus participantes. O monitoramento desse risco é feito a partir da avaliação do passivo atuarial do plano, e também a partir da realização de simulação dos valores de benefícios que deve ser pago ano a ano, descontado do valor das contribuições a serem recebidas utilizando metodologia estocástica.

11.3 Risco de Mercado

O acompanhamento do risco de mercado será feito através do *Value-at-Risk (VaR)* que estima, com base nos dados históricos de volatilidade e correlação dos ativos presentes na carteira analisada, a perda esperada.

11.3.1 VaR

Para o consolidado dos segmentos, o controle de risco de mercado será feito por meio do *Value-at-Risk (VaR)* com o objetivo da Entidade controlar a volatilidade da cota do plano de benefícios. O controle de riscos deve ser feito de acordo com os seguintes limites:

MANDATO	BENCHMARK	LIMITE	HORIZONTE DE TEMPO
Renda Fixa	IPCA + 3,63%	1%*	21 dia

11.3.2 Análise de Stress

A avaliação dos investimentos em análises de *stress* passa pela definição de cenários de *stress*, que podem considerar mudanças bruscas em variáveis importantes para o apreçamento dos ativos, como taxas de juros e preços de determinados ativos.

11.4 Risco de Crédito

As classificações abaixo definidas servem apenas para as contrapartes de operações compromissadas com lastro em títulos públicos ou para os bancos onde serão feitos depósitos à vista. Outros créditos não poderão ser adquiridos, e nem mesmo podem ser utilizados como lastro de operações compromissadas.

É preciso verificar se a contraparte ou banco depositário possui *rating* por uma das agências elegíveis e se a nota é, de acordo com a escala da agência, igual ou superior à classificação mínima apresentada na tabela a seguir.



riskoffice



riskoffice

No caso de apresentarem notas distintas entre as classificações, será considerado, para fins de enquadramento, o pior rating.

AGÊNCIA	Longo Prazo	Curto Prazo
Standard & Pooors	brAA	brA-1
Moody's	Aa2.br	BR-1
Fitch ratings	AA(bra)	F1(bra)

11.5 Risco de Liquidez

O risco de liquidez pode ser dividido em duas classes:

- possibilidade de indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações (Passivo);
- possibilidade de redução da demanda de mercado (Ativo).

11.5.1 Indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações (Passivo)

A gestão do risco de indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações depende do planejamento estratégico dos investimentos do plano. A aquisição de títulos ou valores mobiliários com prazo ou fluxos incompatíveis com as necessidades do plano pode gerar um descasamento.

11.5.2 Redução de demanda de mercado (Ativo)

A segunda classe de risco de liquidez pode ser entendida como a possibilidade de redução ou inexistência de demanda pelos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira. A gestão deste risco será feita com base no seguinte indicador:

- Percentual da carteira que pode ser negociada;

O controle do risco de liquidez de demanda de mercado será feito por meio do controle do percentual da carteira (com base em 30% do volume médio de negócios) que pode ser negociada em um determinado horizonte de tempo. Esses valores deverão obedecer aos seguintes limites:

HORIZONTE	PERCENTUAL DA CARTEIRA
1 (um) dia útil	1%
21 (vinte e um) dias úteis	2%
1 (um) ano	3%

11.6 Risco Operacional

Como Risco Operacional é "a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos", a gestão realizará ações que garantam a adoção de normas e procedimentos de controles internos, alinhados com a legislação aplicável.



riskoffice

11.7 Risco de Terceirização

Na administração dos recursos financeiros há a possibilidade de terceirização total ou parcial dos investimentos da Entidade. Esse tipo de operação delega determinadas responsabilidades a gestores externos, porém não isenta a Entidade de responder legalmente perante os órgãos fiscalizadores.

11.7.1 Processo de Seleção e Avaliação de Gestores

Para seleção e avaliação de gestores, dada a característica da Somupp de manter os ativos por longos prazos na carteira, efetuando apenas compras ocasionais de títulos públicos federais e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais, os critérios serão mais qualitativos.

11.7.2 Processo de Seleção e Avaliação de Custodiantes

O processo de seleção e avaliação de custodiantes deve levar em consideração aspectos qualitativos, de forma que consiga diferenciar os prestadores através da mensuração de indicadores, que podem ser divididos em duas grandes classes: atendimento e qualidade das informações.

11.8 Risco Legal

O risco legal está relacionado à não-conformidade com normativos internos e externos, podendo gerar perdas financeiras procedentes de autuações, processos judiciais ou eventuais questionamentos.

11.9 Risco Sistêmico

O risco sistêmico se caracteriza pela possibilidade de que o sistema financeiro seja contaminado por eventos pontuais, como a falência de um banco ou de uma empresa. Resumo dos Procedimentos

12. Observação dos Princípios Sócio-Ambientais

Os princípios socioambientais podem ser entendidos como um conjunto de regras que visam favorecer o investimento em companhias que adotam, em suas atividades ou através de projetos, políticas de responsabilidade socioambiental.

Como a entidade possui uma estrutura enxuta e focada no controle de riscos, decidiu-se que ao longo da vigência desta política, os princípios socioambientais serão observados sempre que possível, sem adesão a protocolos e regras.



riskoffice

INFORMAÇÕES SEGREGADAS DE DESPESAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS
EXERCÍCIO - 2016

1 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS

DESPESAS	Programas		TOTAL
	Previdencial	Investimentos	
PESSOAL E ENCARGOS	248.419,44	2.240.852,88	2.489.272,32
GASTOS GER./MATERIAIS	92.591,49	823.942,87	916.534,36
SERVIÇOS TERCEIROS	122.469,77	358.500,49	480.970,26
Assessoria atuarial	41.841,24	-	41.841,24
Assessoria jurídica	7.835,38	104.949,58	112.784,96
Auditoria externa	1.522,81	13.705,37	15.228,18
Consultoria Financeira	7.872,40	140.481,24	148.353,64
Serviços Contábeis	9.425,64	84.830,28	94.255,92
Outros Gastos	53.972,30	14.534,02	68.506,32
TOTAL GERAL	463.480,70	3.423.296,24	3.886.776,94

As despesas são apropriadas diretamente ou através de rateio aos Programas.

2 - DESPESAS DE GESTÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS

DESPESAS	VALOR
Taxa de Administração	238.113,99
Taxa de Auditoria	6.809,76
Taxa da ANBID	4.215,00
Taxa da SELIC	7.951,76
Taxa da CETIP	15.851,84
Taxa de CVM	41.396,28
Outras Despesas	401,24
TOTAL	314.741,87

Nota: 1 - Correspondem aos valores debitados nos respectivos Fundos de Investimentos.
2 - A taxa de custódia está incluída dentro da Taxa de Administração.

RESUMO DAS INFORMAÇÕES SOBRE O DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

EXERCÍCIO - 2016

1. Recursos Garantidores das Reservas Técnicas do Plano de Benefícios.

Itens	Plano	PGA	TOTAL
(+) Total dos Investimentos	244.743.309,26	24.259.407,11	269.002.716,37
(*) Disponível	244.234.142,58	8.819,69	8.819,69
(-) Exigível Operacional	34.394,18	184.748,13	219.142,31
Recursos Garantidores	244.708.915,08	24.063.478,67	268.792.393,75

OBS.: PGA = Plano de Gestão Administrativa

2. Investimentos por Segmentos em Relação aos Recursos Garantidores.

Segmentos	Plano		PGA		TOTAL	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Renda Fixa	244.234.142,58	99,81	24.259.407,11	100,73	268.493.549,69	99,89
Imóveis	509.166,68	0,21	-	-	509.166,68	0,19
Total	244.743.309,26	100,01	24.259.407,11	100,73	269.002.716,37	100,08

a) Não temos aplicações em "Renda Variável" e "Empréstimos e Financiamentos".

b) Os percentuais são em relação aos Recursos Garantidores.

c) Renda Fixa: Administração Terceirizada

d) Imóveis: Administração Própria.

3. Listagem das Aplicações e Gestão Terceirizada

	PLANO 31/12/2015	PGA 31/12/2015	TOTAL 31/12/2015	Participação %		Gestor do Fundo Itaú Unibanco S/A
				Total	Terceirizado	
3.1. Renda Fixa (Fundos)	244.234.142,58	24.259.407,11	268.493.549,69	99,81	100,00	
1. FI - RF Monte Carlo Beta	-	-	-	-	-	
3.2. Imóveis	509.166,68	-	509.166,68	0,19	-	
Conjuntos Ed. Vitoria Center	-	-	-	-	-	
3.3. Total	244.743.309,26	24.259.407,11	269.002.716,37	100,00	100,00	

4. Rentabilidades comparadas com a Taxa Atuarial (em %)

Segmentos	Rentabilidade Plano e PGA		(a) Taxa Atuarial	
	Plano	PGA	Atuarial	Taxa Atuarial
Renda Fixa	27,90	10,11	27,95	10,11
Imóveis	10,92	10,11	108,01	108,01
Total	27,95	10,11	276,46	276,46

a) Taxa Atuarial : IPCA + 3,63% ao ano.

A partir de dez/16 passou a ser IPCA + 4,32% ao ano.